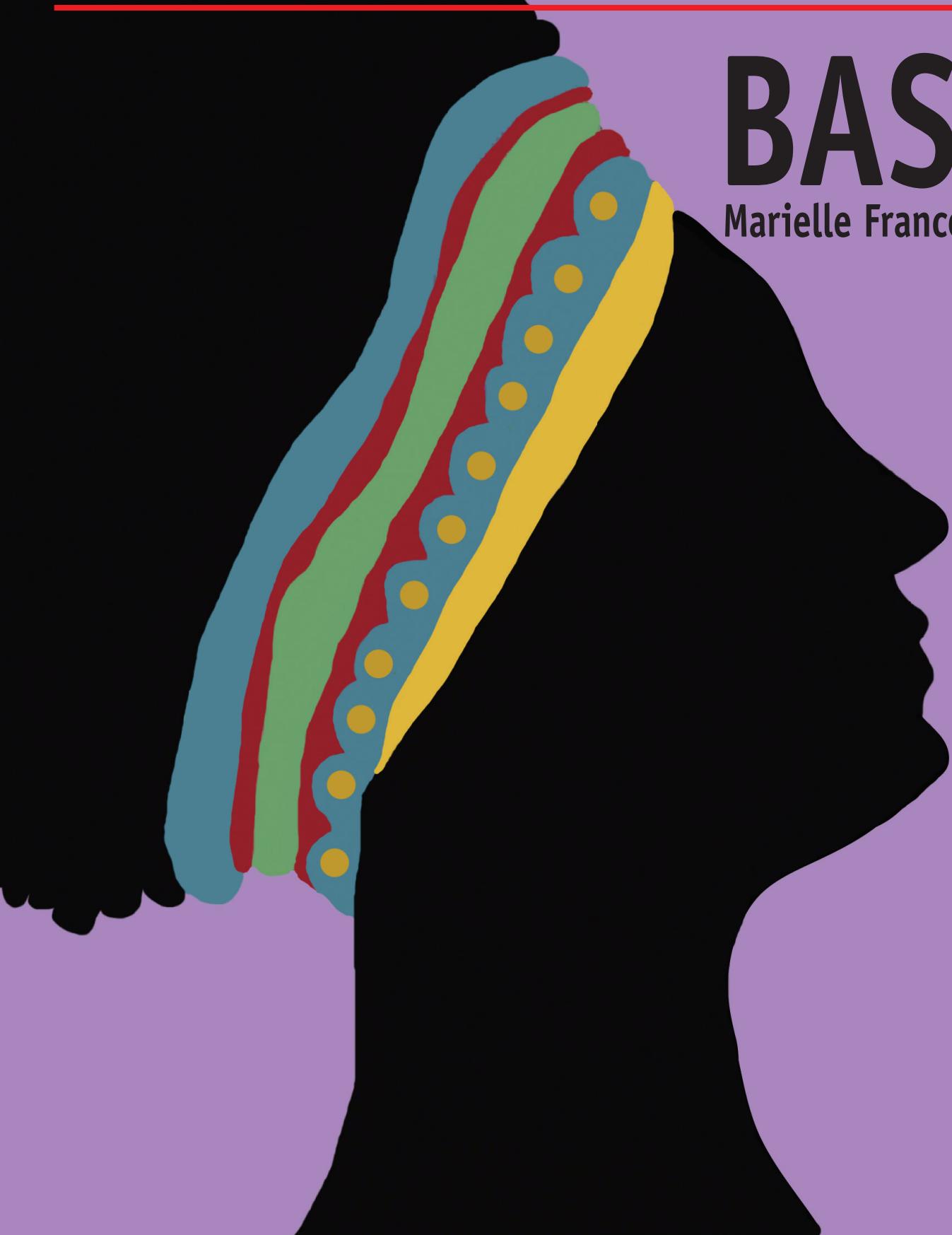


**BASTA!**  
Marielle Franco, presente!



## Fundos patrimoniais

Projetos de financiamento privado nas instituições públicas de ensino avançam e colocam em risco a autonomia acadêmica e de produção do conhecimento científico no Brasil. **4 e 5**

## Fonasefe

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais lança campanha salarial em unidade com o Fonacate e convida servidores a intensificar a mobilização. **6 e 7**

## 8 de Março

Milhares de mulheres foram às ruas em todo o mundo, em defesa de seus direitos, para marcar o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras. **8 a 12**

## Direitos das Indígenas

Em luta no Brasil há mais de 500 anos, as mulheres indígenas avançam no protagonismo pela defesa por seus territórios e contra o genocídio e etnocídio de seus povos. **14 e 15**

# BASTA! É PELA VIDA DAS MULHERES!

*Não pode haver trégua contra o machismo, o racismo e o genocídio!*

**M**ilhões de mulheres saíram às ruas em todo o mundo no 8M, Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, para exigir o fim da violência contra as mulheres, do machismo, da desigualdade e dos ataques dos governos contra a classe trabalhadora e a legalização do aborto.

Nesse dia, da Europa, Américas, Ásia, África ecoaram as reivindicações das grandes manifestações convocadas por centrais sindicais, coletivos e movimentos sociais. Entre as maiores manifestações do mundo estiveram as das mulheres da Espanha, da Argentina, da Turquia e do Uruguai, com marchas e greves de trabalhadoras da educação e de servidoras públicas. No Brasil, houve manifestações em diversas cidades e as mulheres saíram às ruas para protestar contra as desigualdades e a violência de gênero, contra o recrudescimento do conservadorismo, contra a escalada de retrocessos dos direitos humanos e, em especial, contra as reformas e ataques aos direitos sociais que atingem de forma fulminante a população feminina trabalhadora do país.

As seções sindicais do ANDES-SN participaram de diversos atos e organizaram atividades de norte a sul do país, em unidade

com vários setores da classe trabalhadora. Além das pautas comuns articuladas com os diversos setores da classe, em consonância com as deliberações do 37º Congresso do ANDES-SN, professoras e professores levantaram as bandeiras de luta pela legalização do aborto, pelo fortalecimento de oferta de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender as mulheres, além da intensificação da luta contra a PEC 181/15, a contrarreforma Trabalhista e a Lei das Terceirizações, que aumentam a precarização do trabalho e atingem, de maneira mais dura, as mulheres.

O cenário sob o qual as grandes manifestações se espalharam em todo o país é de profundos e bárbaros ataques aos direitos e liberdades democráticas e de criminalização das lutas. No último mês, docentes de várias Instituições de Ensino Superior foram ameaçados e intimados simplesmente por incluir em suas ementas de curso a análise do golpe de 2016. O assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 14 de março, é a expressão máxima da barbárie e brutalidade às quais estão submetidas, todos os dias, a população trabalhadora pobre e negra, mulheres e LGBTs. Marielle, moradora da favela da Maré, construía, junto com muitos

outros personagens anônimos - iguais a cada uma de nós quando participamos de assembleias, passeatas, paralisações e greves - a esperança e a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras em seus corajosos enfrentamentos contra as diversas formas de opressão. Esse brutal assassinato se dá em meio à intervenção militar federal no estado do Rio de Janeiro, decretada pelo ilegítimo governo Temer, que tem aprofundado a violência e a criminalização contra os movimentos sociais populares e contra a população pobre e negra. A barbárie fecha o cerco em torno daquelas e daqueles que lutam.

Em um país em que as mulheres sofrem um estupro a cada onze minutos, uma mulher é assassinada a cada duas horas e em média 503 mulheres são vítimas de agressão a cada hora, o ANDES-SN, ao participar ativamente do 8M em unidade com a classe trabalhadora e repudiar veementemente as brutais violências contra as mulheres e contra as lutadoras e os lutadores, reafirma o combate ao feminicídio, ao machismo e ao racismo e a todas as formas de criminalização das lutas sociais, da população negra e pobre do Brasil.

**Basta! Às ruas! Machistas e Fascistas não passarão! Marielle Franco, presente!**

## TURMA DO TINO

Ricardo Borges /ANDES-SN



## EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

**Diretores responsáveis:** Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

**Redação:** Bruna Yunes Drt-DF 9045, Mathias Rodrigues MTb 10126, Renata Maffezoli Mtb 37322

**Edição:** Renata Maffezoli // **Fotos:** Imprensa ANDES-SN // **Diagramação:** Renata Fernandes Drt-DF 13743

# Docentes elegem nova diretoria do ANDES-SN em maio

**N**os dias 9 e 10 de maio, docentes de todo o país irão às urnas para eleger a nova diretoria do ANDES-SN, que estará a frente do Sindicato Nacional no biênio 2018-2020. Duas chapas foram homologadas pela Comissão Eleitoral Central (CEC) no dia 1º de março e concorrem ao pleito: a “Chapa 1 – ANDES Autônomo e de Luta” e a “Chapa 2 – Renova ANDES”.

Todos que desejam participar do processo devem estar atentos ao calendário eleitoral. O dia 5 de abril é o prazo máximo para que as seções sindicais e as secretarias regionais enviem à CEC a relação completa de sindicalizados aptos a votar. Apenas os docentes sindicalizados até 8 de fevereiro de 2018 e que estiverem em dia com as contribuições até 8 de março podem participar do processo eleitoral.

A CEC tem até o dia 11 de abril para divulgar os colégios eleitorais locais e nacionais. As seções sindicais têm até o dia 17 de abril para formar suas respectivas Comissões Eleitorais Locais (CEL) e enviar sua formação à CEC. As CEL serão compostas por um representante da diretoria da seção sindical e por um ou dois membros de cada uma das chapas, tendo três ou cinco pessoas em sua composição. Caso as seções sindicais não formem suas CEL, as secretarias regionais do ANDES-SN poderão fazê-lo.

Após a votação, que ocorrerá em 9 e 10 de maio (quarta e quinta-feira), as CEL realizarão, no dia 11 de maio, a apuração de votos em cada uma das instituições de ensino e nas secretarias regionais onde houver votação. Por conta do Dia das Mães (13), a computação de votos pela CEC em Brasília se dará no dia 14 de maio, a partir das 15h. A promulgação do resultado oficial pela CEC será em 16 de maio, e a posse da nova diretoria eleita ocorrerá em Fortaleza (CE), durante o 63º Conad, em 28 de junho.

Alexandre Galvão, presidente da CEC, lembra que as seções sindicais não podem perder os prazos para formar as CEL e faz um chamado à categoria docente para que participe do processo eleitoral, conheça as propostas das chapas e compareça às urnas em maio. “Como presidente da CEC creio que o processo eleitoral fortalece o ANDES-SN, aprofunda o processo democrático interno do sindicato, e o envolvimento de todos os sindicalizados nesse processo é muito importante. Que os sindicalizados acompanhem os prazos, estejam atentos às informações que serão veiculadas e conheçam as propostas das chapas para que possam votar nos dias 9 e 10 de maio. Espero que tenhamos uma participação maior do que na última eleição”, comenta.

## ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN

### BIÊNIO 2018-2020

**ANDES**  
SINDICATO NACIONAL  
CSP - CONLUTAS

 **VOTAÇÃO**

**09 E 10 DE MAIO**

**PARTICIPE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO!**

# Fundos patrimoniais colocam em risco autonomia das universidades públicas

**D**ois projetos que tratam da criação de um Fundo Patrimonial (endowment fund) nas instituições ensino superior (IES) públicas, institutos federais de educação e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas têm avançado no Congresso Nacional nos últimos meses. Os Fundos Patrimoniais são doações (com benefícios fiscais aos doadores) de pessoas físicas ou jurídicas que constituem um fundo, administrado por uma fundação privada, via aplicações financeiras no mercado de capitais, para financiar atividades de pesquisa nas universidades. Trata-se de um processo de mercantilização e privatização dessas instituições, subordinando-as aos interesses do grande Capital.

Um dos que tramitam no Congresso é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 158/17 (antigo PL 4643/12), de autoria da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), que permite a criação do Fundo nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Aprovado em 29 de novembro de 2017, ele foi remetido ao Senado e encontra-se com a relatoria da Comissão de Educação (CE) da Casa Legislativa. Já o Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/15, de autoria da senadora Ana Amélia (PP/RS),

foi aprovado em 21 de setembro do ano passado no Senado Federal e enviado à Câmara dos Deputados.

Rodrigo Torelly, da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, afirma que "para além de representar uma quebra da autonomia universitária, a proposta de criação do fundo patrimonial pode facilitar a desoneração do Poder Público na manutenção do ensino superior público e gratuito".

## Financiamento através de Fundos é uma ilusão

Uma das principais justificativas daqueles que defendem a criação do "endowment fund" é a experiência de algumas universidades nos Estados Unidos, como a Harvard que possui o maior fundo patrimonial americano, com valor de mercado registrado, em média, de US\$ 35 bilhões, em 2014.

Otaviano Helene, docente do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), explica que a tentativa de criar os fundos patrimoniais no Brasil é distorcida e equivocada, ainda mais quando se compara o modelo da educação brasileira com o da estadunidense. "Estão criando uma ilusão de que todas as universidades estadunidenses são excelentes e

públicas. O perfil das que recebem as doações é tipicamente de universidades privadas pequenas, com média de 5 a 10 mil estudantes de graduação, como Harvard, Columbia e Yale", disse.

O docente explica também que os doadores são ex-alunos, empresários, políticos, que estudaram nessas universidades privadas e que formam o quadro da elite dos Estados Unidos. "As pessoas doam para os fundos, porque a política de imposto faz com que valha a pena. O imposto sobre a herança nos Estados Unidos já chegou a 80% e, atualmente, a alíquota média é de 40%. Então, o cidadão doa uma parte que o governo de qualquer maneira iria reter e os seus herdeiros não iriam receber e, ainda, ganha vantagens fiscais nesta doação. Por isso, que as universidades privadas nesse país têm muito dinheiro", explicou contando que o orçamento das universidades privadas nos EUA chega a ser dez vezes maior que a das universidades públicas, como as da Califórnia, em Los Angeles (UCLA) e em Berkeley (UC Berkeley), que têm mais de 25 mil alunos na graduação e o valor em doações não ultrapassou US\$ 2 bilhões e US\$ 4,3 bi, no ano passado, respectivamente. "Nas públicas, como

## COBRANÇA DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS IES PÚBLICAS

Em abril de 2017, contrariando Constituição Federal e a decisão do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a cobrança de mensalidades, por universidades públicas, para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu. A decisão, referente ao recurso extraordinário da Universidade Federal de Goiás (UFG), contou com 9 votos favoráveis e 1 contrário. A PEC 395/14, que propunha liberar a cobrança de cursos de especialização e mestrado profissionalizante nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do país, havia sido derrotada na Câmara dos Deputados após forte mobilização do ANDES-SN e de diversas entidades ligadas à educação contra a medida.

No âmbito judiciário, o Sindicato Nacional participou da ação como *amicus curiae*, se posicionando e oferecendo elementos para a argumentação contrária à cobrança de mensalidade nas universidades públicas.



é mais difícil fazer negócio, as doações são menores", alerta Otaviano Helene. "As pessoas distorcem tudo e acabam vendendo um peixe que não existe", completou o docente da USP.

No Brasil, a ideia de fundos patrimoniais é recente. Apenas a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP) tem um em pleno funcionamento, com cerca de R\$ 25 milhões de patrimônio (valor referente a 2014), o que, na avaliação do professor da USP, certamente é muito pouco para ter impacto significativo nos investimentos da escola.

### Fundações se apoiam nas IES

Se, por um lado, o Fundo Patrimonial ainda não é uma realidade já estabelecida nas instituições de ensino superior (IES) públicas no Brasil, por outro, as fundações e organizações sociais atuam há décadas privatizando e mercantilizando o ensino. A USP foi uma das primeiras a passar pelo processo de privatização no início das décadas de 1960 e 1970, com as fundações privadas, ditas de "apoio", segundo informações publicadas pela Revista da Adusp SSind., em setembro de 2017.

Nas décadas de 1980 e 1990, devido à ascensão do neoliberalismo durante o governo FHC, que regulamentou a atuação dessas fundações nas universidades, houve uma proliferação na USP, Unesp, Unicamp, Uerj e outras instituições públicas estaduais.

Otaviano Helene afirma que essas fundações não são de "apoio" às universidades. Ao contrário, elas se "apoiam" nas universidades, realizando centenas de contratos milionários com entes federais (administração pública direta e indireta), quase sempre sem licitação, utilizando prédios, equipamentos, pessoal da universidade (e às vezes até mesmo a logomarca) para alavancar rentáveis negócios privados: cursos pagos, consultorias e outros projetos.

Em 2011, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - acordado pelo Ministério Público - , entre as fundações e USP, o qual determina, entre outros pontos, que as fundações de apoio devem retirar as suas instalações do interior da universidade, bem como cessar o uso de bens públicos e de mão de obra de servidores da instituição.

Atualmente, no Brasil, existem 93 fundações associadas a 132 universidades públicas e institutos federais que conduzem 22 mil projetos. As funda-

## RRORGES



ções obtêm, por ano, R\$ 5 bilhões dos cofres públicos e privados, segundo o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

### Fundações e Marco Legal C&T

Além da crítica sobre a inserção e influência que as das fundações de apoio têm nas instituições públicas de ensino superior, o professor da USP alerta que, com a regulamentação da Lei 13.243/16 do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, o alcance das fundações será ainda maior.

Pela legislação, além de permitir a criação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) - que são Organizações Sociais (OS) através das quais também se terceiriza a produção de ciência e tecnologia no Brasil - , as fundações criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão poderão captar recursos

públicos e privados e intermediar a prestação de serviços entre as instituições públicas e o mercado.

### ANDES-SN é contra a mercantilização da educação

A luta do ANDES-SN e suas seções sindicais pelo fim da atuação irregular das fundações de apoio é histórica. Casos na UFPA, USP, UFMG, UnB, CEFET RJ são apenas alguns exemplos de instituições onde as fundações estavam desrespeitando a Lei de Licitações e se ausentando da prestação de contas, entre outras situações.

Para o Sindicato Nacional, as fundações privadas agredem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do mercado do que pela lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural à serviço dos interesses sociais.

# CAMPANHA SALARIAL SPF 2018

**Serviço Público  
não é mercadoria  
é dever do estado,  
direito da População.**

## Servidores federais conclamam intensificar a mobilização em defesa dos serviços públicos

**A**pós a primeira reunião do ano com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), os servidores públicos federais (SPF) buscam aumentar a mobilização para conquistar avanços na negociação de sua Campanha Salarial Unificada de 2018. Além de reivindicar reajuste salarial de 25,63%, o Fórum Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) também buscam maiores investimentos e maior valorização dos serviços públicos.

A Campanha foi lançada em uma manifestação realizada em Brasília, em 19 de fevereiro. A atividade fez parte do Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações contra a Reforma da Previdência e reuniu servidores federais na Esplanada dos Ministérios. Fonasefe e Fonacate protocolaram a pauta de reivindicações no Mpog, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). A Campanha Salarial de 2018 atualiza pontos de 2017 e traz a novidade de unificar a pauta do Fonasefe com a dos servidores federais de carreiras típicas do Estado.

De um carro de som, representantes

das entidades apresentaram suas posições críticas à Reforma da Previdência, à Emenda Constitucional (EC) 95 do Teto de Gastos, à Lei das Terceirizações, à Reforma Trabalhista e à intervenção militar federal no Rio de Janeiro.

Em seguida, no dia 2 de março, os fóruns reuniram-se com o Mpog. Há dois anos os servidores federais não eram recebidos pelo Ministério.

Renata Rena Rodrigues, 1º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do Sindicato Nacional, contou que não houve nenhum avanço na reunião entre as entidades e o Mpog. “O governo jogou um ‘balde de água fria’, sem dar respostas à pauta. O Fonasefe, em conjunto com o Fonacate, avaliou que a reunião foi muito aquém do que esperávamos”, comentou a docente.

Na reunião, Augusto Akira Chiba, secretário de Gestão de Pessoas do Mpog, afirmou que as prioridades do governo são a febre amarela e a intervenção militar no Rio de Janeiro, e não deu nenhuma resposta à pauta de reivindicações. Ainda afirmou que o governo deve liberar apenas 20% das vagas de concursos públicos necessárias, e que elas serão voltadas primordialmente à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, justamente por conta dos problemas de segurança.

O representante do Mpog também citou a Emenda Constitucional 95, do Teto de Gastos pelos próximos vinte anos, como



Após dois anos sem serem recebidos no Mpog, dirigentes dos fóruns tiveram a primeira reunião de 2018

um impeditivo para responder às pautas dos servidores. Não à toa, os servidores federais lutaram durante meses contra a aprovação da medida, já considerando que a EC serviria para diminuir o investimento em serviços públicos enquanto mantém os privilégios dos grandes empresários e do sistema financeiro.

“Foi colocada para o governo a necessidade de retomada de diálogo, mesmo que não seja em relação à pauta econômica. Por mais que o governo não tenha discutido o índice de reajuste, foi oportuno discutir os ataques que temos sofrido, em especial o desgaste da figura do servidor público. Dissimuladamente, o secretário do Mpog assumiu que o governo pegou pesado nas campanhas publicitárias, jogando a culpa para as empresas de mídia contratadas”, critica Renata, que lembra que a retirada de pauta da Reforma da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição 287/16) foi uma vitória da mobilização dos servidores públicos e dos demais trabalhadores do país.

O governo federal afirmou aos servidores que irá estudar a pauta e que chamará nova reunião no final de março ou no início de abril. “É preciso aumentar a mobilização em função da falta de respostas, e como estratégia de luta tiramos a realização de uma reunião no Fórum Social Mundial em Salvador (13 a 17 de março), e de uma reunião ampliada de Fonasefe e Fonacate no final de março ou início de abril, às vésperas da prometida reunião com o governo”, afirmou a diretora do ANDES-SN.

“Nós avaliamos que é necessário aumentar a mobilização, chamando as bases das categorias para mais uma reunião ampliada que traçará estratégias para o próximo período. Avaliamos como uma vitória a retirada de pauta da Reforma da Previdência, mas precisamos nos organizar na defesa dos serviços públicos e na defesa da imagem do servidor público, que segue sendo atacado pelo governo”, completou.



### Unidade com Fonacate

Renata Rena considera positiva a construção da unidade do Fonasefe com o Fonacate. Para a docente, a reunião dos dois fóruns fortalece a luta em defesa dos serviços públicos. “O Fonacate já tinha feito algumas reuniões com o Mpog, e só conseguimos essa promessa de nova reunião por conta da unidade dos dois fóruns. Temos que buscar nos aliar com outros fóruns e entidades, o Congresso do ANDES-SN deliberou pela tentativa de rearticular a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), e vamos buscar fazê-lo no próximo período. Toda unidade é bem vinda, até porque os ataques aos serviços e aos servidores públicos não acabaram”, ressaltou.

### MP 805

No início de março, o ANDES-SN foi admitido como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5809 contra a Medida Provisória (MP) 805/17, que posterga as modificações nas tabelas remuneratórias e aumenta a contribuição previdenciária de servidores públicos federais de 11% para 14%. A ADI é movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSol)

e será submetida ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos meses.

Em dezembro de 2017, o ministro do STF Ricardo Lewandowski já havia suspendido os efeitos da MP 805 até apreciação do Supremo, justamente por conta da ADI 5809. Em outubro, o presidente Michel Temer havia editado a MP 805 para congelar os reajustes remuneratórios previstos para algumas categorias dos servidores públicos para 2018; e aumentar a contribuição previdenciária dos atuais 11% para 14% sobre a parcela do salário que excede R\$ 5.531,31 (teto que é pago pelo Regime Geral, a cargo do INSS), alterando a Lei 10.887/04, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público, entre outras questões.

O *amicus curiae*, amigo da corte em latim, tem como função fornecer subsídios às decisões do judiciário em temas de grande relevância social. Após aceito STF como *amicus curiae*, o ANDES-SN poderá se manifestar no julgamento do tema, chamando a atenção da corte para questões que poderiam não ser notadas e trazendo informações adicionais que possam auxiliar na discussão antes da decisão final do processo.

**Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;**

**Correção salarial com aplicação do índice de 25,63% (DIEESE)**

**Extensão do índice da Lei 13.464-2017 para todos os servidores federais**

**Cumprimento de todos os acordos assinados em 2015;**

**Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da União para a manutenção de plano de saúde servidores.**

**Pela retirada da MP 805/18 (que aumenta a alíquota previdenciária e posterga reajustes)**

**FONASEFE**

FONACATE  
Fórum Nacional Permanente  
de Carreiras Típicas de Estado

# Mulheres em luta por direitos e contra os retrocessos

CLEVER FUX/LDG NEWS



**M**ilhões de mulheres saíram às ruas de todo o mundo no dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres

Trabalhadoras, para exigir o fim da violência e do machismo e contra a desigualdade de gênero e os ataques dos governos. No Brasil, houve manifestações em mais de 50 cidades com a presença das seções sindicais do ANDES-SN, que participaram dos atos e organizaram atividades alusivas à data.

Além de exigir seus direitos, as mulheres brasileiras protestaram também contra a reforma Trabalhista e a Lei das Terceirizações, que aumentam a precarização do trabalho e atingem, de maneira mais dura, as mulheres. Críticas à PEC 181/15, que propõe acabar com o direito das mulheres ao aborto legal, e à intervenção militar no Rio de Janeiro também foram ouvidas nos atos de norte a sul do país.

## Desigualdades

Nas últimas décadas, um grande avanço – fruto da luta das mulheres –, ocorreu no país em relação aos direitos democráticos das mulheres, como a garantia ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho; à liberdade sexual (ainda que questionada por setores conservadores) iniciada na década de 1960, por meio da contracepção

e a pílula anticoncepcional; e à possibilidade de promover o debate sobre a legalização do aborto, sobre o machismo e a violência contra as mulheres

Entretanto, mesmo com algumas conquistas, a luta por igualdade ainda se faz necessária. No Brasil, dados divulgados no mês de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2016, indicam que no campo do trabalho, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade salarial, com uma menor promoção da carreira profissional e com a carência de políticas que conciliem o trabalho e a vida familiar.

As mulheres inseridas no mercado de trabalho dedicam, em média, 18,1 horas semanais às tarefas domésticas, enquanto os homens empenham apenas 10,5 horas, uma diferença de 7,6 horas. Quando se analisa mulheres e homens desempregados essa discrepância cresce para 9,8 horas.

As mulheres acima dos 25 anos são mais qualificadas que os homens - 16,9% dessa faixa etária possui diploma de Ensino Superior completo, entre os homens o percentual é de 13,5%. Porém, o nível de instrução da população feminina não é revertido em oportunidade de emprego e no valor dos salários. Segundo a pesquisa do IBGE, 88,7% dos homens, de 25 a 49 anos

de idade, que têm filhos de até 3 anos estão empregados, enquanto somente 54,4% das mulheres nas mesmas condições conseguiram emprego. Nos domicílios sem criança, eles também levam vantagem com 83,6% empregados contra 65,8% das empregadas.

Os números comprovam que a dupla jornada também segue afastando muitas mulheres do mercado de trabalho, apesar de elas serem responsáveis pelo sustento de grande parte dos lares. Em termos salariais, nas grandes regiões, os homens ocupados ganhavam, em média, R\$ 2.306 e as mulheres R\$ 1.764, 23,6% a menos que eles. Quando é feito o recorte racial, os homens negros ganham R\$ 1.624 e as mulheres negras R\$ 1.283.

Luciana Boiteux, professora de Direito Penal e Criminologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora associada ao Laboratório de Direitos Humanos da universidade, afirma que a situação das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho é preocupante, já que elas ganham menos que eles, em todas as classes sociais, e mesmo quando ocupam os cargos mais altos das empresas. Para ela, a crise econômica e as contrarreformas em curso no país pioraram esse cenário.

“A partir do momento que você tem

uma reforma que impõe o acordado sobre o legislado, abre a possibilidade a um dono de empresa, por exemplo, a reduzir salários considerando a falta de possibilidade de uma trabalhadora mulher, negra e com baixa escolaridade de negociar de igual para igual. Essas contrarreformas afetarão essas mulheres que já ganham menos e terão menos direitos que os homens", explica.

### **Crise e reformas**

A crise econômica tem afetado de forma especial as mulheres trabalhadoras. A aprovação da Lei das Terceirizações (13.429/2017) em março de 2017, que permite a terceirização em todas as áreas das empresas (atividade-fim e atividade-meio), nas esferas públicas e privadas, e precariza as relações de trabalho, é um dos exemplos.

No Brasil, mais de 12,7 milhões de pessoas trabalham em empresas terceirizadas, o que corresponde a 26,8% do total de trabalhadores, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de 2015. A remuneração nestas empresas é, em média, 24,7% menor e a jornada de trabalho é 7,5% maior (3 horas semanais) do que o mercado formal de trabalho. As mulheres são a maioria nas empresas terceirizadas.

"Quando você vê o perfil das trabalhadoras terceirizadas nas universidades, por exemplo, a maioria é negra e desempenha o trabalho de faxineira, copeira, e são cada vez mais afetadas pela sua vulnerabilidade social e cada vez que se restringe mais um direito", disse a docente.

Além da aprovação da Lei das Terceirizações, o Congresso aprovou em julho do mesmo ano, a contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467) que altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), retirando direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

A contrarreforma autoriza o prolongamento da jornada de trabalho, a redução do tempo de intervalo, o parcelamento de férias, a formação de um banco de horas, remuneração por produtividade, trabalho em casa "home office". Ademais, ainda atinge explicitamente as mulheres ao permitir que gestantes e lactantes trabalhem em locais considerados insalubres, como postos de gasolina ou hospitais, se houver autorização do médico.

Para a docente, "qualquer retrocesso ou contrarreforma que retirem investimentos estatais com ênfase em políticas sociais afetam diretamente a mulher, principalmente, a pobre e negra, que está na base da pirâmide e que depende mais da assistência social, de investimento em hospitais e escolas públicos e, segundo os dados, essas mulheres são as chefes de família", disse.

### **Vitória momentânea na Previdência Social**

Uma das grandes lutas travadas nos últimos dois anos pela classe trabalhadora foi contra a reforma da Previdência – Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 287/16. A proposta foi perdendo força em decorrência de inúmeras manifestações contra o seu teor e sofreu diversas alterações nesse período. A última versão apresentada propõe que o trabalhador deverá contribuir com a Previdência por 40 anos para ter direito a uma aposentadoria com 100% da renda média de contribuição. Além disso, a idade mínima de aposentadoria prevista é de 65 para homens e de 62 para mulheres. Professores poderão se aposentar aos 60 anos e policiais aos 55.

Especialistas no assunto afirmavam,



desde o início da tramitação da PEC 287, que a contrarreforma da Previdência, caso fosse aprovada, seria nefasta para a vida das mulheres, pois desconsidera a dupla ou tripla jornada de trabalho às quais elas estão submetidas e, entre outras, por elas não conseguirem contribuir com a Previdência por muito tempo, por conta da pouca estabilidade.

### **Ataques aos direitos reprodutivos**

Todos os anos, cerca de 55,7 milhões de mulheres em todo mundo abortam. Destas, quase a metade (25,1 mi) se submetem a procedimentos inseguros. A grande maioria (97%), em países em desenvolvimento ou pobres da América Latina, África e Ásia ou naqueles que restringem ou proíbem o aborto, conforme mostra estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), feito entre 2010 e 2014.

No Brasil, aproximadamente, 1 em cada 5 brasileiras, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto, de acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA 2016), realizada pelo Instituto Anis. A

## **Projeto pretende multar patrões por desigualdade salarial**

Um projeto que estabelece multa para os empregadores que praticarem discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia foi aprovado no dia 14 de março na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o PLS 33/2018 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impõe multa administrativa

ao empregador que for flagrado pela fiscalização do trabalho praticando diferenciação, por exemplo, entre homens e mulheres ou entre brancos e negros na mesma função. A multa será de 50% do valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O projeto ainda prevê punição dobrada ao empregador reincidente e diminuição do valor da multa pela metade no caso de micro e pequenas empresas, além da criação e divulgação

de um cadastro de empregadores que praticarem discriminação salarial contra mulheres e negros, uma espécie de "lista suja", a exemplo da lista do trabalho escravo.

Atualmente, a legislação já veda esse tipo de discriminação e prevê multa em favor do empregado discriminado. No entanto, hoje a multa depende de um processo na Justiça, enquanto o projeto estabelece multa administrativa imediata.



pesquisa se baseou em um levantamento domiciliar com mulheres de 18 a 39 anos, que vivem na área urbana. De acordo com a PNA 2016, cerca de 416 mil brasileiras interromperam a gravidez em 2015. Menos de 1% dos abortos no Brasil são legais.

O aborto é considerado crime contra a vida humana pelo Código Penal Brasileiro, em vigor desde 1984, prevendo detenção de um a três anos para a gestante que o provocar ou consentir que outro o provoque, de um a quatro anos para quem provocá-lo em gestantes com seu consentimento e de três a dez anos para quem o provocar em gestantes sem o seu consentimento. A exceção é quando o aborto é praticado em três situações: quando há risco de morte para a mulher causada pela gravidez, quando a gravidez é resultante de um estupro ou se o feto for anencefálico.

Entretanto, mesmo com o aborto sendo permitido em apenas situações extremas, há projetos no Congresso Nacional, em sua maioria de autoria de bancadas conservadoras e religiosas, que querem proibir o ato até mesmo em casos de estupro e de risco à vida da mulher.

O mais recente deles é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181/15, chamada "Cavalo de Troia", de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que inicialmente tratava apenas da ampliação do tempo de licença-maternidade às mulheres que tenham filhos prematuros, passando de 120 para 240 dias. Mas, sob a pressão e intervenção da bancada fundamentalista, os deputados incluíram um artigo que alterou totalmente a medida ao estabelecer que "o princípio da dignidade da pessoa humana e a garantia de inviolabilidade do direito à vida deverão ser respeitados desde a concepção", e não apenas após o nascimento, como determina a Constituição atual.

Além da PEC 181, diversos projetos tramitam no Congresso Nacional para

dificultar ainda mais o acesso da mulher ao aborto seguro. Um deles é o Projeto de Lei (PL) 5069/2013 que sofreu grandes críticas, principalmente, dos setores mais progressistas. De autoria do ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) - e mais 12 parlamentares da chamada bancada fundamentalista -, o projeto pretendia modificar a atual legislação brasileira no que tange o conceito de violência sexual e o direito ao aborto legal em casos de estupro, dificultando ainda mais o acesso das mulheres aos procedimentos abortivos, inclusive aos que já estão legalizados.

Luciana Boiteux explica que nos países mais desenvolvidos, que lideram os índices de desenvolvimento humano e menor desigualdade, quase que em sua totalidade não há a criminalização do aborto. Por outro lado, em países mais pobres e menos desen-

volvidos, a regra é criminalizar as mulheres.

"Quando as mulheres são pobres, a tendência é receber respostas punitivas e qual é o cenário na prática? Os abortos continuam sendo feitos nestes locais, ainda que não sejam registrados nas estatísticas e a consequência é a morte materna em muitos casos, abortos mal sucedidos são a 5º causa de morte materna no país, pois são feitos em condições insalubres, sem a devida higiene e traz a possibilidade de morte para as mulheres", explica a docente, que também faz um alerta sobre a necessidade de uma maior inserção da mulher na política para virar o jogo nas casas legislativas.

"Não é a toa que nosso parlamento tem uma esmagadora maioria de homens brancos, ricos, empresários, religiosos que são machistas, misóginos e são eles que têm legislado sobre o nosso corpo", disse.

No Brasil, a proporção de cadeiras ocupa-



das por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados, em 2017, foi de apenas 10,5%. A participação das mulheres nos cargos gerenciais, em 2016, era de 37,8%, segundo a pesquisa divulgada pelo IBGE.

## Violência contra as mulheres

No Brasil, em agosto de 2006, era sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, para aperfeiçoar os mecanismos de proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. A lei ganhou este nome devido à violência doméstica sofrida durante 23 anos pela biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. Em 1983, Maria da penha sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu marido Marco Antônio Viveros. Na primeira vez, com arma de fogo, deixando-a paraplégica, e na segunda, por eletrocussão e afogamento.

A história da Maria da Penha não é diferente de milhões de mulheres que sofrem com a violência cotidianamente. No Brasil, uma mulher é assassinada a cada duas horas, uma taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2015, revelam que a cada 11 minutos é registrado 1 caso de estupro no país. Outro estudo "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres", realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) mostrou que 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares, ou seja, são 7 feminicídios diários anualmente, cujo autor foi um familiar. Desse total, 33,2% são

parceiros ou ex-parceiros da vítima.

Com o intuito de reforçar as ações previstas pela Lei Maria da Penha, bem como a instituição de políticas públicas para o combate à violência contra a mulher, em 2015 foi sancionada a Lei do Feminicídio (13.104) que define o homicídio de mulheres como crime hediondo quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar.

Para a especialista em Direito Penal, o Brasil ainda precisa aperfeiçoar a luta contra a opressão à mulher. Muitos estados brasileiros, desde a promulgação da lei, não registram dados de feminicídio, o que aumenta a subnotificação dos casos.

"É preciso reconhecer os avanços formais nos direitos das mulheres como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, que colocou o tema da violência contra as mulheres na mídia, nas conversas, dando uma grande visibilidade para o tema. Apesar dessa luta e visibilidade, vimos que a violência tem aumentado e esse aumento também diz respeito a uma questão estrutural e que nos momentos de crise é agravada. O desemprego e a falta de investimentos em áreas sociais, como o que está ocorrendo com a EC 95 (ex-PEC do Teto dos Gastos) afeta as relações domésticas, quanto menos a violência é combatida, e menor intervenção do estado no social a tendência é a violência doméstica aumentar", analisa Luciana.

## ANDES-SN em defesa dos direitos das mulheres

O ANDES-SN desde o seu 34º Congresso tem posição favorável à descriminalização do

aberto e, este ano, durante o 37º Congresso ocorrido em janeiro, deliberou pela luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito. Os docentes entendem que a mulher deve ter o direito de decidir sobre seu próprio corpo e que o tema "aborto" é um debate de saúde pública, já que são as mulheres pobres, da classe trabalhadora, que abortam de maneira insegura, o que traz complicações e pode levar até a morte.

Para Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, os atos do dia 8 demonstraram que as mulheres vão reagir cada vez mais a todos os ataques que elas vêm sofrendo. "As diferentes formas de opressão sobre as mulheres, tanto no trabalho quanto no ambiente doméstico, na rua e em outros espaços de convivência, vêm fazendo com que as mulheres reajam cada vez mais, se organizando coletivamente, e também acessando as diferentes formas da legislação e outros recursos para tentar garantir os direitos iguais, o fim da violência de gênero e por uma perspectiva classista. O dia 8 de março vem gradativamente tomando um peso e uma qualidade diferenciada no que tange à luta das mulheres, que ainda sofrem com os salários baixos, a violência e as contrarreformas", ressaltou a presidente do Sindicato Nacional.

Eblin reafirmou ainda a necessidade de que a expressão da resistência das mulheres se dê, diariamente, de forma ampla e em unidade com as demais pautas dos trabalhadores. "A perspectiva é que essa luta não se restrinja apenas a 8 de março, mas que seja feita no cotidiano da classe trabalhadora", concluiu.

## Milhões de mulheres se mobilizam no mundo todo

Milhões de mulheres saíram às ruas de todo o mundo no 8 de março - Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, para exigir o fim da violência e do machismo, contra a desigualdade, entre outras reivindicações.

Entre as maiores manifestações do mundo estiveram as das mulheres da Espanha, da Argentina, da Turquia e do Uruguai. Na Espanha, as centrais sindicais convocaram um dia de greve e mais de seis milhões de pessoas cruzaram os braços. Gigantescas manifestações foram realizadas em cidades como a capital Madrid, Barcelona, Sevilha, Bilbao, entre

outras. Na capital argentina, Buenos Aires, meio milhão de pessoas marcharam até o Congresso Nacional, onde essa semana foi apresentado um projeto de lei que busca legalizar o aborto. Grandes marchas também ocorreram em cidades do interior, como Mendoza, Córdoba e Rosário.

Na Turquia, centenas de milhares se manifestaram mesmo com a repressão do governo de Recep Erdogan. Cercadas por forças policiais turcas, as mulheres do Curdistão também realizaram grandes manifestações. Em Montevidéu, capital do Uruguai, a marcha tomou conta das ruas do centro da cidade, e houve greve de trabalhadores da educação e de servidores municipais. Outros países,

como México, Chile, Estados Unidos e França também registraram grandes manifestações.

"O crescimento mundial das mobilizações de 8 de Março é resultado do avanço da presença de feministas nos espaços políticos, no movimento sindical, nos movimentos sociais. O avanço do conservadorismo deu mais combustível para a mobilização das mulheres do mundo todo", avaliou Caroline Lima, 1ª vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Classe para questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS).

# Raio X da desigualdade de gênero



Mulheres inseridas no mercado de trabalho dedicam, em média, **18,1 h semanais** às tarefas domésticas. Os homens, **apenas 10,5 horas.**\*

**88,7% dos homens**, de 25 a 49 anos de idade e com filhos de até 3 anos estão empregados. Enquanto **apenas 54,4% das mulheres** na mesma situação possuem emprego.\*

As mulheres ocupavam, em exercício, **apenas 10,5%** das cadeiras na Câmara dos Deputados, em 2017.\* Em 2016, a participação de mulheres em cargos gerenciais **era de 37,8%.\***

Nas grandes regiões, **os homens** recebem, em média, **R\$ 2.306**. Já **as mulheres, R\$ 1.764** (23,6% a menos).

## Pela VIDA das mulheres

No Brasil, **uma mulher** é assassinada a cada **duas horas.** \*\*

A cada **11 minutos** uma mulher é **estuprada** no país. \*\*\*

50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares. São **7 feminicídios diários**, cujo autor foi um familiar. \*\*\*\*

\* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) dados divulgados em março de 2018, referentes ao ano de 2016.

\*\* Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

\*\*\* Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2015.

\*\*\*\* "Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres" da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

# Marielle Franco, presente!

**N**a noite de 14 de março, a vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes foram executados no centro do Rio de Janeiro (RJ). Nove tiros foram disparados contra o carro da vereadora, que voltava de um debate na Lapa sobre mulheres negras. Sua assessora sobreveiu ao atentado por ter sido atingida apenas por estilhaços.

Lutadora incansável em defesa dos direitos humanos, das mulheres, dos negros e das negras e da população da periferia, Marielle incomodava muitos poderosos. Levantou forte sua voz contra a Intervenção Militar decretada pelo presidente Michel Temer no Rio de Janeiro, por considerar que a medida apenas serviria para piorar as condições de vida nas favelas cariocas. Ela era uma das responsáveis da Câmara carioca por acompanhar e fiscalizar as ações do exército durante a Intervenção. Dias antes de ser executada, Marielle estava no bairro do Acari denunciando a truculência da Polícia Militar contra a população.

## Uma história de lutas

Marielle era mulher, negra, da favela e lésbica. Nasceu e foi criada na Favela da Maré. Com 18 anos, entrou em um cursinho popular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, mas teve que abandonar os estudos por conta da gravidez. Dois anos depois, voltou ao cursinho e passou no vestibular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) para cursar Ciência Sociais, com bolsa integral. Cursou mestrado em administração pública na Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação teve o tema “UPP: a redu-

ção da favela a três letras”. Seus últimos anos foram vividos ao lado da arquiteta Monica Tereza Benício, a quem considerava “minha companheira de vida e amor”.

Militante do PSOL há mais de uma década, Marielle trabalhou no gabinete do deputado estadual Marcelo Freixo, atuando na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias e na Comissão de Direitos Humanos, recebendo denúncias de violações de direitos humanos no Rio de Janeiro e acolhendo famílias vítimas da violência, fossem civis ou policiais. A violência foi, também, a razão que a levou a militar. Marielle perdeu uma grande amiga, vítima de bala perdida num tiroteio entre policiais e traficantes na Maré, e resolveu transformar sua dor em ação política.

Em 2016, Marielle se candidatou a vereadora na capital fluminense. Foi a quinta candidata mais votada da cidade, e a segunda mulher mais votada para o legislativo em todo o país, recebendo 46 mil votos. Marielle foi a terceira mulher negra eleita vereadora do Rio de Janeiro em toda a história.

## A voz de Marielle ecoa mais forte

“Os poderosos podem uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera”. A famosa frase do revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara expressa a reação após a execução de Marielle Franco e de Anderson Gomes. Ao invés de calar a vereadora e suas denúncias contra a Intervenção e a violência policial, o crime levou centenas de milhares de pessoas às ruas, não só do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil e de

outros países, para homenagear Marielle e suas lutas.

Na quinta-feira (15), o centro do Rio de Janeiro parou para acompanhar o velório de Marielle e de Anderson. Milhares de pessoas ocuparam as escadarias da Câmara de Vereadores e, depois, seguiram em manifestação até a Assembleia Legislativa. Em São Paulo (SP) uma gigantesca manifestação ocupou a avenida Paulista. Em Brasília, o plenário da Câmara dos Deputados foi ocupado por manifestantes, que cobravam justiça, durante sessão em homenagem à Marielle e Anderson. Diversos atos foram realizados durante o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Salvador (BA), de 13 a 17 de março.

Manifestações ocorreram também em dezenas de cidades brasileiras, e ainda em cidades como Londres, Paris, Lisboa Nova Iorque, Buenos Aires. E seguem ocorrendo.

O ANDES-SN participou das manifestações e, em nota de sua diretoria, homenageou a vereadora e reafirmou suas bandeiras de luta. “A luta pelos direitos humanos, incluindo a denúncia da violência policial no estado do Rio de Janeiro, era uma das bandeiras empunhadas por Marielle Franco, e o ANDES-SN manifesta grande preocupação a respeito desta tragédia, que ocorre no momento em que há um aumento da militarização do estado do Rio de Janeiro, o qual se encontra sob autoritária intervenção das forças armadas. Assim como as lutas encampadas pelo ANDES-SN sempre encontravam com Marielle pelas ruas da cidade, o nosso luto por Marielle deverá ser transformado em resistência e luta em sua homenagem e respeito”, afirmou a diretoria do Sindicato Nacional.



# A voz das mulheres indígenas

AMAZONAS REAL\_GISELE GOMES



Invisibilizadas por mais de cinco séculos, as mulheres indígenas têm conseguido, nos últimos anos, fazer suas vozes e demandas ecoarem mais forte pelo Brasil. Com maior articulação política, e sempre relacionando suas reivindicações com a luta pelos territórios indígenas, as mulheres indígenas ganharam protagonismo entre os movimentos sociais. A luta, por território, contra a criminalização e contra a violência, entretanto, está longe de seu fim.

Rosimere Arapaço é uma das mulheres que são lideranças indígenas. Coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas MAKIRA-ÊTA (Rede-Estrela), ela acredita que as mulheres indígenas organizadas ganharam força no momento em que se abriram espaços políticos e de poder para sua participação, mas que a situação está aquém do necessário, em especial por conta da conjuntura de intensificação dos ataques aos direitos.

“Nossa luta é por território, sejam eles demarcados ou não, e toda essa luta afeta os povos indígenas e, especialmente, as mulheres indígenas. Nessas lutas, os mariados que são lideranças foram ameaçados

e até mortos, e com tudo isso muitas mulheres indígenas são viúvas, criam seus filhos e netos. A esperança era de ter uma família, de ver os netos nascerem e crescerem, mas enquanto isso a mãe-terra está morrendo por conta da ação dos monocultores e dos grandes fazendeiros. Isso afeta muito as mulheres. Nossos direitos foram conquistados com muito suor, muito sangue e até mesmo com morte”, afirma Rosimere.

“Tudo que está acontecendo hoje nas comunidades indígenas ocasiona suicídios, doenças psicológicas, etc. Os indígenas que defendem suas terras e seus povos são criminalizados, essa é a pior parte. Isso é triste para nós, mulheres indígenas. Há mais de 500 anos, eles chegaram nos matando, nos escra-

vizando, nos usando como mão de obra barata. Hoje, não melhorou essa situação”, completa a coordenadora da Rede-Estrela.

## Políticas públicas

A milhares de quilômetros da Amazônia, no norte de Minas Gerais, vive Célia Xakriabá, outra liderança indígena, mestranda do



“Nós queremos discutir uma política que nos aceite sem matar o que nós somos”, diz Célia Xakriabá.

AMAZONAS REAL\_GISELE GOMES

Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt) na Universidade Federal de Brasília (UnB). Célia ressalta que, ao pensar políticas públicas para as mulheres indígenas, é necessário justamente levar em conta as especificidades regionais. “Quando estamos falando de mulheres indígenas temos que levar em conta a diversidade, considerando os diferentes biomas, como o Cerrado, Amazônia, Caatinga, etc. Existem especificidades que impedem a gente de pensar políticas públicas para as mulheres indígenas sem levar em conta essas diferenças”, afirma Célia.

“É muito importante a criação de políticas públicas para pensarmos na equidade de direitos, não só dos direitos das mulheres indígenas, mas de direitos humanos. São importantes políticas públicas que levem em consideração a narrativa das mulheres indígenas sobre a violência, porque toda a vez que falamos da formação da sociedade brasileira, existe um acobertamento do processo de miscigenação, que não foi passivo, que começou com a violência contra o corpo das mulheres indígenas e negras. É muito comum que não haja a contextualização desse processo violento e que gerou cicatrizes profundas. É necessário também refletir sobre a relação das mulheres com o mundo do trabalho, pois existe não só a discriminação como o racismo contra mulheres indígenas, e isso é pouco discutido”, completa Célia Xakriabá.

### Defesa da identidade indígena

Além do etnocídio e do genocídio, os povos indígenas estão sujeitos ao epistemocídio, a tentativa de destruição de seu conhecimento e de sua identidade. É o que afirma Célia Xakriabá. Para ela, esse é um processo doloroso, que deixa cicatrizes mentais e físicas e compromete as gerações futuras. Há, ainda, o etnofeminicídio. “Pensar um processo de garantia de direitos dos povos indígenas não é possível sem um processo de libertação da colonização de nossas mentes e nossos corpos”, comenta.

Ambas as indígenas citam a importância da unidade das mulheres indígenas com os demais movimentos sociais de mulheres. “Essa nossa luta é tão importante quanto à iniciada por mulheres não-indígenas décadas atrás. A gente agradece a elas essa oportunidade, pois hoje temos acesso a essas informações, estamos nos empoderando e conhecendo nossos direitos enquanto mulheres, principalmente em relação à valorização da identidade da



*“A mulher indígena está junto com as mulheres negras, as mulheres quilombolas, as travestis, as lésbicas”, afirma Rosimere Arapaço.*

mulher indígena. Isso reforça a necessidade de unirmos nossas forças às das demais mulheres para gritar com a mesma voz. Hoje, a mulher indígena é vista como parte do todo. A mulher indígena está junto com as mulheres negras, as mulheres quilombolas, as travestis, as lésbicas”, afirma Rosimere Arapaço.

“As maiores lutas das mulheres indígenas não se dividem, como se fossem uma fatia de um bolo, porque o que está na centralidade da pauta é a questão territorial. Não dá para falar de direitos específicos das nossas mulheres e da nossa juventude com soberania se não temos a garantia do território. Isso compromete todas as outras discussões. É importante pensar não só na terra, mas no território, que não é só um objeto, mas carrega subjetividades, como a relação com a espiritualidade. A questão do território é o que nos mata coletivamente. Pensam que nos matam apenas quando executam uma liderança indígena. Mas quando nos negam o direito ao território nos matam coletivamente”, completa Célia Xakriabá.

### Ocupação de espaços

Célia e Rosimere também ressaltam a necessidade de maior participação das mulheres indígenas na política. “Não estamos aonde

queríamos estar, mas estamos avançando em relação a onde estávamos antes. Nós queremos discutir uma política que nos aceite sem matar o que nós somos”, afirma Célia Xakriabá.

A liderança indígena cita, também, a importância de reconhecer o crescente protagonismo de acadêmicas indígenas, que cada vez mais deixam de ocupar apenas o lugar de objetos de pesquisa. “Ocupar, marcar e demarcar o espaço no meio acadêmico é, sem dúvida, uma ferramenta de luta, além de nos empoderarmos neste espaço de diálogo, onde os saberes se encontram”.

Rosimere conclui ressaltando a importância da manutenção das lutas sociais para combater os retrocessos. “Apesar de tudo que acontece, com todos os retrocessos nos direitos dos povos indígenas e as consequências disso para as crianças e mulheres indígenas, estamos em um momento de reflexão. O tempo dirá o que vai acontecer, estamos dando nossa contribuição dentro de nossas limitações, mas estamos aqui para lutar. Temos que ir pra luta para vencer essa batalha que não está fácil, e não só para os povos indígenas, mas para a população pobre desse país”, conclui a coordenadora da Rede-Estrela.

# Entidades lançam Frente contra a intervenção federal militar no Rio de Janeiro

**D**esde quando foi decretada em 16 de fevereiro, pelo Governo Federal, a intervenção federal militar na segurança pública do Rio de Janeiro vem sofrendo diversas críticas, principalmente, pela atuação do Exército que tem fichado os moradores das comunidades da Vila Kennedy (VK) e entorno reforçando ainda mais a segregação de classes e racial no Rio de Janeiro.

Em 13 de março, um dia antes da execução da vereadora do PSOL/RJ, Marielle Franco, diversas entidades se uniram para lançar uma Frente contra a intervenção, com um ato público no campus Maracanã da Universidade do Estado do RJ (Uerj). A constituição da frente busca aglutinar uma série de movimentos e organizações civis que vêm se posicionando criticamente com relação ao decreto do presidente Michel Temer, que determina a intervenção federal militarizada na área de segurança do Rio.

A atividade foi convocada pelo ANDES-SN em conjunto com outras entidades que compõem a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior, com o Sindicato dos Profissionais da Educação no estado do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) e a Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj).

O Manifesto contrário à intervenção, que marca o lançamento da frente, ressalta que “ao longo das duas últimas décadas, com o argumento de proteger turistas e garantir a ordem na realização de megaeventos como o Pan Americano, a Copa e as Olimpíadas, o expediente de colocar o Exército nas ruas deixou como saldo o terror e sangue de trabalhadores no chão desta cidade, além de gastos milionários, que poderiam ter sido empregados em saúde, educação integral, lazer, equipamentos culturais”.

Segundo Lorene Figueiredo, 1ª secretária da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, a gravidade do momento impôs às entidades a necessidade de se organizar para enfrentar esse processo. “Avaliamos que hoje o Rio de Janeiro é um laboratório para esse modelo de política de controle social. O Rio hoje é o caldeirão social da vez, com todas as reformas ultraliberais vindo ‘a ferro e fogo’ com uma política clara de desmonte dos poucos direitos que ainda restam, os serviços públicos que atendem a classe trabalhadora e com um evidente empobrecimento da população. A política que está sendo imposta é uma política de repressão, de calar os movimentos que se opõem a esse desmonte do

estado. Isso obviamente impacta não só para os servidores públicos, mas principalmente e diretamente para os trabalhadores de baixa renda, que ainda precisam desses direitos sociais, mesmo que nas condições precárias que estão colocadas. Acreditamos que esse é um modelo que vai ser testado no Rio de Janeiro e que pode vir a ser usado em caráter nacional”, explica.

“Isso é algo extremamente grave, que ataca o direito dos trabalhadores em vários níveis e exige todo nosso empenho no enfrentamento e na denúncia”, completa Lorene, reforçando a necessidade de que a Frente tenha um caráter amplo e ativo.

## Repúdio à intervenção

A diretoria do ANDES-SN divulgou nota condenando veementemente processo e condenou os docentes a lutar contra a intervenção. “Com mais essa medida autoritária, que se junta a outras tantas já realizadas, o governo federal transita por um caminho perigoso que aponta na direção da criminalização e da militarização da sociedade, dos movimentos sociais populares e da população pobre e negra”, avaliou a diretoria em nota.

Para a direção do Sindicato Nacional, o estado do Rio de Janeiro se confirma como um laboratório avançado das políticas neoliberais de corte dos investimentos sociais, atingindo particularmente os serviços sociais e especialmente a educação e a saúde. Isto se materializa nos altos índices de desemprego e miséria causados pela falta de investimentos, pela privatização de empresas e serviços públicos, pela paralisação dos serviços básicos para a população que mais precisa, e pela vergonhosa situação de atraso dos salários dos servidores públicos.

